

Ata Circunstanciada da 17ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
17ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE MARÇO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H34

TÉRMINO ÀS 18H05

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os presentes na galeria.

Cumprimento o pessoal da Polícia Penal e desejo que consigam as nomeações. (Palmas.)

Cumprimento o pessoal da avicultura que hoje também se faz presente. Acabei de pedir, no Colégio de Líderes, a inclusão do projeto de lei que garante os insumos e a cama de frango. Que possamos discutir o projeto que trata da isenção tributária que já existe há mais de 20 anos. Precisamos mantê-la para que esse setor continue avançando e gerando muitos empregos no Distrito Federal – são 6 mil empregos diretos e mais de 15 mil empregos indiretos. É um setor extremamente importante para a nossa cidade e temos que ajudá-lo a continuar gerando empregos e avançando cada dia mais.

Presidente, também venho a esta tribuna para fazer uma cobrança pública. Outro dia, eu estive com o presidente do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal. Foi uma agenda muito frustrante para mim. Eu queria relatar o que aconteceu.

Há 2 anos, construímos com o governo a alocação de R\$10 milhões no orçamento para a aquisição de um equipamento – o acelerador linear – que possibilitaria radioterapia para pessoas com câncer no Distrito Federal. Durante os últimos 2 anos, eu estive no IGESDF pelo menos umas 4 vezes, falando sobre a aquisição desse equipamento. Todas as vezes, disseram-me que fariam a aquisição, que estavam trabalhando no processo e que o equipamento seria adquirido. São R\$10 milhões disponíveis para atender a população.

A cada dia que passa, a minha preocupação aumenta, porque pessoas estão perdendo a vida enquanto aguardam o tratamento e o diagnóstico. O paciente com câncer não espera, não pode esperar e precisa das coisas para ontem, para que tenha a possibilidade de retomar a sua vida e ter acesso a tratamento digno. É por isso que venho falando da necessidade de um hospital do câncer no Distrito Federal. Venho lutando por isso. Queremos que os pacientes com câncer no Distrito Federal sejam tratados com dignidade e respeito.

Então, mais uma vez, venho fazer um apelo ao governo, ao Tribunal de Contas e a todos os órgãos competentes: façamos um esforço conjunto para, enfim, tirar do papel esse projeto, que, há mais de 15 anos, é prometido para a nossa população. Eu sei que existe boa vontade de muitos agentes políticos, mas essa boa vontade tem que se refletir em prática e em resultado real para a comunidade. Venho aqui fazer essa cobrança pública porque quero ver um hospital do câncer no Distrito Federal e não vou descansar enquanto eu não conseguir.

Presidente, eu também queria fazer um alerta. Eu falei do acelerador linear, mas existem outros equipamentos necessários aos pacientes com câncer que estão quebrados. Alguns medicamentos estão faltando. Posso citar o PET Scan – equipamento que sabemos que precisa de manutenção.

O cuidado e a atenção precisam acontecer para que possamos garantir dignidade a essas pessoas. Sempre trabalharei nesse intuito, pedindo a união dos parlamentares e a compreensão e o empenho do governo, para que possamos avançar nessa pauta tão importante para o nosso Distrito Federal.

Quero também fazer um agradecimento. Tive a oportunidade, hoje, de visitar o Centro de Referência de Autismo. Foi um projeto que apoiamos lá atrás. Solicitamos ao governador, destinamos os recursos e hoje ele está funcionando no DF. Foi inaugurado há mais de 60 dias e é o primeiro centro de referência para pessoas com autismo no Distrito Federal.

Faço aqui um agradecimento público, pois ainda não havia feito. Esse centro garante a muitos pacientes o acesso à terapia e possibilita que muitos obtenham o diagnóstico, o que hoje é uma enorme dificuldade no DF. Muitas mães passam 4 anos, às vezes, na rede para conseguir um laudo para seus filhos. Outras enfrentam dificuldades enormes porque, ao receber o benefício, têm que escolher entre pagar uma terapia ou colocar comida na mesa. Não considero isso justo. Temos que olhar por essas pessoas, e assim o faremos.

Senhor presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar. Fica aqui essa cobrança pública, fica também esse agradecimento e o pedido para que todos os deputados apoiem o projeto do pessoal da avicultura, que tanto movimenta nossa economia do DF. Somos o maior exportador do mundo, fruto do trabalho desse pessoal que se empenha bastante para gerar emprego e renda, enfrentando todos os desafios que se impõem à frente deles.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Como líder.) – Boa tarde a todos, a todas.

Aprovados da Polícia Penal, é muito importante tê-los unidos e mantermos a continuidade das nomeações. Isso é de suma importância.

Quero falar da minha carreira. Sou auditor fiscal de atividades urbanas, e ressalto a importância dessa carreira para o Distrito Federal. Reforço, mais uma vez, a importância da continuidade desse concurso público e que os aprovados sejam chamados. Estamos com déficit, e não é pequeno. O último concurso foi em 1994, para termos uma ideia. Está na hora de essa carreira, não apenas essa especialidade, mas todas as especialidades serem chamadas. Isso é justo.

Essa é a questão.

Como presidente da Comissão de Produção Rural e Abastecimento, ressalto o projeto que votaremos hoje. Senhor presidente, temos hoje a previsão da votação de um projeto de decreto legislativo simples, mas muito importante. Ele autoriza o Distrito Federal a continuar aplicando um benefício já existente, a redução do ICMS sobre insumos agropecuários, como fertilizantes, rações e defensivos. Na prática, isso ajuda a diminuir o custo de produção no campo, fortalece o produtor rural e contribui para manter os alimentos mais acessíveis à população.

É importante destacar que não estamos criando benefício algum, apenas prorrogando algo que já existe, está previsto no orçamento e não traz impacto adicional às contas públicas. Além disso, a aprovação desta casa é obrigatória para que o convênio seja validado no DF.

Como presidente da Comissão de Produção Rural e Abastecimento, reforço que essa medida é essencial para garantir segurança ao produtor e continuidade da produção rural. Por isso, peço o voto favorável dos colegas.

Ressalto também o empenho do secretário de governo, José Humberto, que se dedicou, entrou em contato, marcou reuniões, e estamos aqui justamente por isso.

Aproveito a oportunidade para relatar um momento que vivenciamos ontem em Planaltina, especialmente no bairro das Estâncias. Aquela comunidade tem sofrido muito, ainda mais quando ocorre uma chuva torrencial como a de ontem. Tivemos uma chuva muito forte e inesperada naquela região, o que causou diversos estragos dentro da comunidade. E, mais uma vez, o Condomínio Sarandi foi atingido.

Quero aproveitar este momento para fazer um apelo. Estamos com um projeto voltado para aquela comunidade, especialmente para que a captação de águas pluviais possa acontecer. Esse projeto já está pronto. Peço à Secretaria de Obras que nos ajude a viabilizar esse sistema, pois tenho certeza de que ele contribuirá significativamente para melhorar a situação de todo aquele setor. Quando chove, o resultado é sempre o mesmo: desastres e insegurança.

Quero também ressaltar todo o empenho da administração regional, da Novacap, da Segov-DF e do DER-DF, que atuaram de forma conjunta desde a noite de ontem para que tudo fosse restabelecido. Vocês não têm ideia do estrago que foi. Mas Deus é maravilhoso, e a união e a força da comunidade faz toda a diferença. Isso precisa ser reconhecido.

Hoje também temos um projeto importante voltado para a Polícia Civil do Distrito Federal. Peço a todos atenção e apoio a essa iniciativa, pois é fundamental valorizar a melhor polícia do Brasil.

Muito obrigado a todos. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD) – Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Presidente, peço a vossa excelência a possibilidade de utilizar um pouco mais de tempo para esclarecer fatos ocorridos na semana passada.

Quero cumprimentar o deputado Fábio Félix, o deputado Chico Vigilante, o deputado Gabriel Magno, os demais parlamentares presentes e o presidente desta sessão.

Presidente, solicito também autorização para a exibição de um vídeo.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Essa escola é o Centro de Ensino Fundamental 1 da Candangolândia. Essas imagens são de 2014, ainda no final do governo Agnelo, seguido pelo governo Rollemberg.

Há mais de uma década, a comunidade já denunciava as condições precárias dessa escola.

Pais, professores e alunos, preocupados, conviviam com um ambiente que não oferecia segurança. Foi diante dessa realidade que surgiu a necessidade de buscar soluções para retirar aquelas crianças de uma escola que não oferecia condições adequadas.

Hoje, uma reportagem do *Correio Braziliense*, com o título "R\$13 milhões em emendas sem transparência", tenta construir uma narrativa.

Na última semana, fui alvo de ataques políticos por parte de setores da mídia e também de opositores que sequer conhecem a verdade dos fatos. Falam sem compromisso com a verdade e muitas vezes sem conhecimento de como funciona a administração pública.

Já solicitei toda documentação necessária para comprovar cada ato do meu mandato em relação a isso. Tenho convicção de que, ao final das investigações, quando ficar comprovada a minha boa-fé e a inexistência de qualquer irregularidade por parte deste deputado, muitos daqueles que hoje atacam continuarão tentando criar novas narrativas para desgastar o nosso trabalho.

Quero deixar, deputado Chico Vigilante, algo mais claro nesta tribuna: não vão me intimidar! Muitos, quando acontece alguma coisa, soltam uma nota e se escondem, não vêm nem à Câmara Legislativa. Eu não me escondo! Eu não solto nota! Eu não solto nota! Eu vou para cima! Não vão me intimidar, não vão me fazer desistir da educação!

Eu venho de origem humilde. Foi por meio da educação que consegui crescer na vida e me tornar um policial militar. Por isso sempre defendi investimentos nas escolas públicas do Distrito Federal. Hoje, vemos os resultados dessas emendas parlamentares nas escolas do DF: modernização, melhorias estruturais e melhores condições para alunos e professores. Nas cidades onde eu tenho atuação política, deputado Chico Vigilante, deputado Max Maciel – Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Park Way –, foram 37 escolas atendidas! Pergunte a um diretor se alguma dessas escolas não foram atendidas por emendas minhas ao longo desses 8 anos. Todas foram atendidas! Escolas foram reformadas, ampliadas e receberam melhorias e investimentos.

Também é importante esclarecer à população que existe um processo técnico e transparente para a execução desses recursos. O trâmite das emendas segue etapas claras. O deputado envia o ofício indicando a emenda. O recurso é descentralizado por portaria, publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal*. O valor é disponibilizado para a regional de ensino ou para a escola.

Deputado Chico Vigilante, eu fiz um levantamento. Na minha região – Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II –, vários deputados que estão aqui neste plenário, desta legislatura e de anteriores, colocaram emendas nela. Vários deputados. O senhor colocou, deputado Chico Vigilante, na mesma época em que a gestora antiga estava. Vários deputados colocaram, mas ninguém fala isso. Só falam que o deputado Hermeto colocou R\$13 milhões, R\$20 milhões. É claro que eu coloquei um valor maior, porque lá é a minha base eleitoral. É lá onde eu tenho quase 70% dos meus votos. É nessas cidades que eu saio com votação expressiva. É esse olhar que eu tenho para a minha região.

A execução segue procedimentos formais, com definição de prioridades, chamamento público, emissão de nota fiscal e comprovação de execução por gestores responsáveis. As informações são registradas no sistema PDAF Web, onde ocorre o acompanhamento de prestação de conta. As contas passam por uma análise técnica da Gerência de Avaliação Final das Contas e recebem o parecer técnico do gestor responsável. Em seguida, passam pela Diretoria de Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Por fim, ocorre a publicação no *Diário Oficial* com aprovação ou reprovação das contas. Ou seja, não existe execução sem controle e sem fiscalização.

Também foi questionada a destinação de recursos para a Associação de Apoio à Diretoria Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante. É importante esclarecer que as regionais de ensino possuem unidades executoras próprias, constituídas como associações que são um instrumento legal, utilizada pela Secretaria de Educação para receber e executar recursos. Pasmem os senhores:

saiu uma reportagem dizendo que eu coloquei emenda para uma entidade privada. Sabe qual é a entidade privada que eles falaram, deputado? É o CNPJ que a regional de ensino tem para receber as emendas nossas. Ela tem um CNPJ exclusivo para receber as emendas. Disseram que eu coloquei para uma entidade privada. Este modo é utilizado por todas as regionais de ensino do Distrito Federal e também por centenas de unidades educacionais.

Sobre o empresário que citam na reportagem, quero esclarecer algo muito simples: eu não tenho relação nenhuma com esse empresário. Mostrem uma mensagem minha, no meu celular, ou uma mensagem dele para mim ao longo desses anos todos! Eu os desafio! Perguntem para o empresário o benefício que eu tive. Não tenho relação nenhuma com esse empresário. A única relação que houve foi ele me ligar, depois de concluída a licitação, pedindo que eu utilizasse o processo com celeridade a fim de que a escola pudesse começar a funcionar.

Deputado Max Maciel, o empresário me liga depois que ganha a licitação. Inclusive, a licitação foi por inexigibilidade – inex. O único prédio possível era o dele. Ele me liga, uma única vez: “Deputado, o senhor pode me ajudar? Está na mesa do diretor para assinar”. “Claro!” Estou há 40 anos na Candangolândia, no Núcleo Bandeirante. Pastor me liga; padre me liga; empresário me liga, todos pedindo ajuda. E eu, na ânsia de levar as crianças do colégio, que os senhores viram nas imagens, para o prédio novo, com ar-condicionado e toda a estrutura... Esse foi o único ganho que eu tive: levar as crianças.

A única relação que houve foi ele me ligar, depois de concluída a licitação, pedindo que eu conduzisse o processo com celeridade a fim de que a escola pudesse começar a funcionar. Eu atendo todo mundo. Empresário, padre, como já disse. Meu compromisso é com a verdade, Rogerinho. O empresário de que falei não tem relação nenhuma comigo.

Deputado Chico Vigilante, eu destinei emendas a todas as escolas. Todas! Todas! E outra coisa, o senhor conhece os procedimentos licitatórios. Deputado Gabriel Magno, esse prédio teve o contrato renovado no ano passado. A Secretaria de Educação renovou o contrato novamente. Se houvesse irregularidade, seria possível renovar o contrato? Ele foi renovado e continua no mesmo lugar, atendendo as crianças.

Quero deixar claro: não tenho medo! E me estranha muito, deputado Chico Vigilante e deputada Paula Belmonte, uma operação dessa em ano eleitoral, faltando 6 meses para as eleições, sendo que as investigações vêm de 2020. Em 2020 estavam investigando esse contrato e agora fizeram a operação em 2026.

Acredito no Ministério Público, acredito na justiça e estou à disposição. Não vou enviar nota para jornal. Coloco a cara a tapa. Sabe por que, deputado Chico Vigilante? Porque eu não devo nada. Moro na Candangolândia, na casa que era da minha mãe. Vivo a mesma vida. Não tenho rabo preso. Não baixo a cabeça. Por isso digo: investiguem, analisem e vão até o final. Quero ver esses algozes da política, esses cafajestes, vagabundos, que hoje acusam, fazendo disso um espetáculo político, se terão condições de, quando sair o resultado dessa investigação, chegar e dizer: “Espera aí, deputado, o senhor é inocente”.

A única coisa que eu quis e sempre vou fazer é lutar pela minha comunidade, lutar pelas minhas escolas, porque foi na escola, deputado Wellington Luiz, que a minha vida foi salva. Foi a escola que tirou um garoto pobre da década de 1970, que vendia jornal no Núcleo Bandeirante, transformou-o em policial e permitiu que se formasse, fizesse uma pós-graduação e estivesse neste plenário hoje. Foi por meio da escola pública.

Fizemos a Escola Parque da Natureza e do Esporte, um clube abandonado que havia entre a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante, e hoje atende mais de 3 mil crianças.

Deputado Wellington Luiz, digo mais e repito: eu não baixo a cabeça. E sabe por quê? Porque eu não devo nada, nada. Vários deputados aqui, como disse o deputado Chico Vigilante, destinaram emendas à Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, milhões foram destinados. Apenas disseram que o deputado Hermeto destinou mais. Por que destinei mais? Porque lá é o meu reduto

eleitoral, é lá que tenho 60% a 70% dos votos, é lá que me fortaleço.

Para terminar, quero agradecer aos diretores de todas as escolas que me enviaram vídeos me apoiando. Agradeço do fundo do meu coração.

Digo mais, deputado Wellington Luiz, nós destinamos nossas emendas às regionais de ensino e elas distribuem-nas para os colégios. Se o gestor não presta contas direito, se não fez o que tinha que fazer ou fez malfeito, que ele responda.

Eu desafio: quero uma mensagem. Os senhores sabem o que levaram da minha casa quando lá entraram? Nada! Levaram o meu celular, porque não havia nada. E eu ainda o desbloqueei. Disseram que não precisava desbloquear, e eu respondi que iria desbloquear, porque não devo nada a ninguém. Entreguei à polícia o meu celular. Quero ver se há alguma mensagem minha com o empresário pedindo alguma coisa; se há alguma mensagem minha querendo alguma vantagem! Desafio quem quer que seja, porque não tenho rabo preso. Eu não tenho rabo preso!

E digo mais, senhor presidente, para encerrar: é estranhíssima essa investigação neste momento. Trata-se de uma situação de 2020, e eles deflagraram uma operação em 2026 – 6 anos depois –, em ano eleitoral, por quê? Para tentar desgastar este parlamentar, porque atua, porque está em destaque, porque trabalha. Não estou dizendo que alguém ou que algum órgão de controle tenha feito isso, mas é muita coincidência, deputado Jorge Vianna.

Para finalizar, agradeço a todos os senhores pelo apoio, porque conhecem a minha índole. Estou nesta casa há quase 8 anos e nunca – em momento algum – passei por isso. Mas Deus é bom, e isso é uma prova.

E encerro, deputado Chico Vigilante, com uma frase da minha saudosa mãe: “O que não mata me fortalece”.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Primeiro, deputado, faço questão de deixar bem claro que acreditamos em sua inocência. Conheço-o como cidadão, como policial e como político. Não tenho dúvida alguma de que as investigações seguirão o seu curso. Confio no Poder Judiciário e tenho absoluta certeza de que a verdade virá à tona.

Saiba que o senhor tem de nós, colegas, amigos, parceiros e aliados na Câmara Legislativa, todo o apoio e toda a solidariedade. Que Deus lhe conceda tranquilidade para lidar com momentos como este. Não tenha dúvida de que quem o conhece sabe exatamente qual é o seu comportamento e a sua postura. Ter vindo até a tribuna demonstra isso, ainda que muitos, com certeza, tenham lhe aconselhado a não o fazer. Vossa excelência fez aquilo que sua consciência disse para fazer, trazendo aquilo que o seu coração mandou.

Muito obrigado, deputado. Que Deus o abençoe!

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, quero fazer coro às palavras de vossa excelência.

O deputado Hermeto sabe que, do ponto de vista ideológico, temos muitas divergências. No dia do ocorrido, eu falei com ele, estive com ele, e não estamos debatendo aqui o mérito da ação. Assim como ele, acreditamos que os fatos devem ser julgados e analisados.

Quero me solidarizar com o deputado Hermeto, que teve sua casa invadida, porque eu não quero que isso aconteça comigo ou qualquer outro parlamentar. Solidarizo-me também com sua família e com sua esposa.

Luto sempre contra as invasões de casas nos territórios periféricos. Elas são invadidas em razão de ações que, muitas vezes, não dão em nada; e a imagem da pessoa segue na lama.

Deputado Hermeto, registro minha solidariedade neste momento; que a justiça averigue aquilo que deve ser averiguado.

Eu também destino emendas às escolas, e não podemos ser julgados por aquilo que destinamos. Quem as executa é que deve vigiar e seguir o devido processo legal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Permitam-me saudar os servidores da assistência social, que estão mobilizados. Tenho um compromisso, juntamente com eles, de trabalhar para que haja uma solução o mais rápido possível. Nós os atendemos há pouco, a pedido do deputado Fábio Félix. Encaminharemos uma solução.

O deputado Ricardo Vale acabou de me pedir que façamos uma solicitação à vice-governadora Celina Leão; e assim o faremos, deputado, para buscarmos uma solução. Trata-se de uma carreira extremamente importante, que atende à população que mais precisa e que, portanto, precisa de um cuidado especial. Esta casa não se furtará de suas obrigações.

Saúdo os servidores da procuradoria, que têm feito um trabalho exemplar e que também precisam de um olhar diferenciado. Sabemos das dificuldades enfrentadas pela carreira, especialmente em razão da defasagem de pessoal. Vamos trabalhar para que vocês sejam contemplados com um pleito tão importante, pois quem ganha é o Estado. Eles estão pedindo que o Estado favoreça aqueles que mais precisam.

Envio um abraço especial ao pessoal da minha Polícia Civil. Há uma placa no plenário que diz: "Queremos uma previdência justa para todos". Não existe chance de isso não acontecer, sobretudo em razão do trabalho realizado nesta casa. Não permitiremos que haja prejuízo para qualquer policial civil. Não haverá isso.

Inclusive, quero agradecer a cada um dos colegas deputados que autorizaram trazer para o plenário hoje a análise do Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, que disciplina a aposentadoria do policial. Agradeço a cada um daqueles colegas que aprimoraram o projeto e trouxeram suas preocupações. O projeto foi feito a várias mãos.

Saúdo nosso diretor-geral doutor José Werick de Carvalho. Na pessoa dele, agradeço a toda a equipe da Polícia Civil que esteve aqui, nos últimos dias, analisando as emendas, melhorando o projeto, para que possamos dar aos nossos policiais o direito a uma aposentadoria digna. Nós que acompanhamos isso há tantos e tantos anos entendemos que é o momento de corrigir alguns equívocos. Graças a Deus, houve sensibilidade por parte do governador Ibaneis, da vice-governadora Celina Leão, do secretário Gustavo Rocha, do secretário Sandro Avelar, do nosso secretário de Economia, Daniel, e do próprio Iprev, que entendeu essa importância.

Agradeço às entidades de classe nas pessoas da Cláudia Alcântara, do Sindepo, e do Enoque Venancio de Freitas, do Sinpol. Aviso que, se Deus quiser, em breve, faremos a votação. A deputada Doutora Jane solicitou que o Projeto de Lei Complementar nº 99/2026 fosse o primeiro item de pauta. Então, deputada, atendendo seu pedido, ele será o primeiro item de pauta, para discutirmos a aposentadoria dos nossos policiais. (Palmas.)

Quero saudar os futuros auditores fiscais de atividades urbanas. Nós temos um compromisso muito forte com vocês. Eu estou discutindo com a Secretaria de Economia a questão. Hoje mesmo conversei com o secretário Daniel Izaias. Nós vamos achar uma solução, vamos começar a chamar os candidatos imediatamente, porque sabemos da necessidade de vocês comporem o Estado, da importância que vocês têm para o Distrito Federal.

Conto com cada um dos meus colegas parlamentares nessa luta. Muito obrigado por estarem aqui. Se Deus quiser, muito em breve, dentro do prazo permitido, traremos a vocês uma ótima

notícia, que é o necessário para atender bem a população do Distrito Federal. Muito obrigado.

De igual modo, saúdo nossos futuros policiais penais. Nós sabemos que aquilo ali é uma bomba sempre pronta para explodir. Nós da Polícia Civil durante muito tempo exercemos a função que vocês exercem hoje. A diferença é que vocês ainda têm a responsabilidade, o compromisso da ressocialização.

Chamar esses servidores e servidoras é algo extremamente importante para evitar que algo de pior aconteça. Quem conhece o sistema penitenciário – e eu o conheço muito – sabe dessa necessidade.

Já estamos discutindo as possibilidades. Esta semana já devemos chamar 35 remanescentes, mas esse número é praticamente insignificante diante das necessidades. Estamos trabalhando forte para que, ainda no mês de março, possamos apresentar uma convocação significativa e um cronograma, para que vocês também sejam chamados. Contem conosco. Muito obrigado pela presença. (Palmas.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, boa tarde. Quero fazer um comentário sobre o que aconteceu com o deputado Hermeto.

Quando entrei na Câmara Legislativa, recebi 2 conselhos. Ter cuidado com emendas para fomento de cultura, esporte, porque em Brasília existe uma cultura muitas vezes criminosa com relação às emendas para esses temas; e ter cuidado também com emenda para o PDAF, porque não é incomum vermos pela televisão diretores sendo afastados, coordenadores de regional de ensino sendo afastados por corrupção de emenda parlamentar. E não sabemos quando algo assim vai acontecer.

Quando o diretor pede o recurso, que mostra a situação da escola, nós destinamos a emenda. Antigamente, as escolas é que escolham as pessoas, as empresas junto com a regional. Agora isso mudou por conta do cartão.

Por quantas e quantas vezes, deputado Chico Vigilante, empresários me procuraram para que eu mandasse recurso para a escola, porque iriam executá-lo. Zero chance.

Nós não temos controle sobre isso. A chance de sermos pegos em uma armadilha é muito grande. Isso já aconteceu na Samambaia. Houve um coordenador de ensino que foi afastado por suspeita de corrupção; e, obviamente, enviamos recursos para aquela regional.

É muito complicado e muito difícil controlar isso. Espero, deputado Hermeto, que a situação seja resolvida. Eu também não acho ser um pecado capital termos amigos empresários. Afinal de contas, Brasília é cheia de empresários; mas fico até com medo de falar com algum empresário, pois, se esse empresário estiver sendo investigado por algum motivo e constar uma ligação no celular dele para o deputado Jorge Vianna, podem considerar que eu tenho uma ligação com o cara.

Nosso telefone é disponibilizado a todo momento. Precisamos ter cuidado. Que tudo seja feito certinho, para que não haja prejuízo maior do que o que já houve com sua imagem, deputado. Deus queira, deputado Hermeto, que o senhor esteja certo e livre de qualquer sanção.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Quero agradecer a presença da Agepol, na pessoa do Lousane. Eu não vi o Reynaldo ainda, mas o Lousane está ali representando a entidade. Agradeço a presença da Adepol, que está representada pelo Amarildo e pelo Joãozinho. Rapaz, o Joãozinho me deu uma encarada quando eu me esqueci de citar a Adepol. (Risos.) Peço desculpas, Joãozinho. Todos sabem do carinho e do respeito que tenho pelas nossas entidades de classe. Tenho orgulho de ser policial civil e de ser representado pela Adepol e pela Agepol. Foi um ato falho. Obrigado, João, pela lembrança. A Cláudia, eu já a havia citado.

Quero dizer a todos que o nosso presidente da Adepol-DF, Amarildo, tem cuidado tanto das nossas crianças. Obrigado, Amarildo.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar vossa excelência. Sabemos do empenho que vossa excelência teve para apreciar esse projeto da previdência da Polícia Civil.

Eu queria, publicamente, deixar meu reconhecimento ao seu trabalho. Tenho certeza de que todos os policiais civis estão muito bem representados. Vossa excelência tem feito um ótimo trabalho nesta casa.

Também quero deixar registrado meu carinho ao deputado Hermeto, que sei ser uma pessoa idônea, alguém com quem sempre tivemos um grande relacionamento nesta casa. Às vezes, os fatos são noticiados e não é bem como realmente aconteceram. Tenho certeza de que, com o andamento das investigações, vossa excelência terá a oportunidade de ter tudo esclarecido, como vossa excelência espera e merece. Esperamos que as investigações aconteçam, é importante; e que vossa excelência tenha, depois, o seu momento de ser inocentado e de mostrar isso para todos.

Destinamos emendas para as escolas porque queremos ajudá-las. Acho que uma das principais atividades do parlamentar é ajudar a melhorar a educação; para isso temos o PDAF, uma ferramenta maravilhosa que nos facilita muito atingir esse objetivo. Então, quero deixar o meu apoio nesse sentido, pois todos nós destinamos recursos para as escolas do DF.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Publicamente, agradeço todo o apoio que temos tido na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sob sua presidência, a todas as carreiras e, em especial, à Polícia Civil, que hoje se encontra presente. Todos sabem – inclusive o José Werick e os representantes da Polícia Civil do Distrito Federal – do carinho que o deputado Eduardo Pedrosa demonstra pela nossa polícia.

Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa, por todo esse apoio e por todo esse carinho à nossa instituição. Para nós, isso é motivo de muito orgulho.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Quero lembrar que, há 2 semanas, fizemos um acordo, na reunião de líderes, de que votaríamos os projetos de lei que foram produzidos pela CPI do Rio Melchior. Os projetos foram assinados pelos 5 parlamentares da CPI. Se pudéssemos fazer essa votação, eu agradeceria ao senhor.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eles estão na ordem do dia, deputada Paula Belmonte?

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Já estão na ordem do dia.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Isso havia sido acordado na reunião anterior, se não me engano.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Isso mesmo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, a ideia é votar ainda hoje.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Houve um pedido da deputada Doutora Jane, já que temos a presença dos nossos policiais, para que invertêssemos a pauta. Defiro o pedido da nossa deputada. Vamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 99/2026 e, na sequência, os demais projetos.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, antes de entrar no meu pronunciamento propriamente dito, quero dizer a vossa excelência que o projeto que trata da previdência da Polícia Civil do Distrito Federal chegou nesta casa muito ruim, muito malfeito e ia trazer prejuízo a uma gama enorme de policiais. Vossa excelência teve a sensibilidade de não pautar esse projeto na semana passada para que pudéssemos consertá-lo. O projeto foi consertado, foi emendado, foi feita a sugestão de que vossa excelência apresentasse as emendas para corrigi-lo, e, agora, nós temos condições de votar a favor desse projeto. (Palmas.)

Presidente, eu quero, na tarde de hoje, falar de um assunto muito grave. Volto a falar do preço dos combustíveis no Distrito Federal. É uma lástima o que está acontecendo. A Petrobras não aumentou R\$0,01 a gasolina; pelo contrário, ela diminuiu o preço dela. Havia postos vendendo a gasolina a R\$5,99, e hoje eu já vi posto vendendo a R\$6,69. Isso é roubo.

Aproveito a presença do delegado José Werick para dizer que precisamos fazer com que a divisão que cuida da defesa do consumidor na Polícia Civil vá para a rua combater esse cartel. O Procon e a Polícia Federal também precisam agir, presidente deputado Wellington Luiz.

Encaminhei hoje uma carta ao presidente Lula, a qual lerei, que diz o seguinte:

“Assunto: denúncia de cartelização no setor de combustíveis e pedido de providências urgentes.

Excelentíssimo senhor presidente, dirijo-me a vossa excelência para relatar e clamar por providências imediatas diante de um cenário dramático que assola o Brasil. Refiro-me à atuação predatória do setor de combustíveis, um segmento da nossa economia que opera de forma cartelizada, agindo como verdadeiros assaltantes da população brasileira.

É importante registrar que a medida de vossa excelência de zerar o PIS/Cofins, sobre o óleo *diesel*, embora bem-intencionada, acabou por servir aos interesses desses exploradores, que absorvem o benefício para inflar suas margens de lucro em vez de passar a desoneração ao consumidor final.

Conheço profundamente o *modus operandi* desses grupos. Em 2024, atuei na CPI que investigou o cartel dos combustíveis no Distrito Federal. Desde então, travo um combate constante contra essa organização em Brasília. Estamos lidando com uma quadrilha de abrangência nacional, que não hesita em recorrer à violência extrema. Recordo-me do assassinato de autoridades, como o de um promotor de justiça em Minas Gerais e casos semelhantes em São Luís do Maranhão, motivados pela investigação desse setor.

A despeito da gravidade, os órgãos competentes se mantêm inertes. O Cade, embora tenha tido atuação pontual e eficaz no passado, hoje apresenta uma postura de absoluta passividade. É estarrecedor que a Secretaria Nacional do Consumidor, Senacon, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, nada faça diante da omissão.

Sugiro a vossa excelência a exoneração do atual secretário Nacional, que não demonstrou a que veio. Em seu lugar, seria estratégica a nomeação de um perfil combativo, quem sabe um delegado da Polícia Federal, dado que o problema já ultrapassou a esfera administrativa e tornou-se um caso de polícia. Causa espanto o silêncio do Ministério da Justiça.”

Portanto, presidente, essa foi a nossa mensagem encaminhada hoje ao presidente da República pedindo providências contra essa quadrilha de exploradores que está nos assaltando, metendo a mão no nosso bolso. Nós não suportamos mais isso. Que todas as autoridades ajam no sentido de preservarem os nossos interesses.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde!

Eu falo aqui que meu nome é “Nomeia”, porque sei o quanto é importante a nomeação de vocês para Brasília. Continuem contando conosco! Sei que vocês da Polícia Penal têm um padrinho muito forte, que é o meu presidente.

Conheci o trabalho de vocês um pouco mais de perto quando eu era sindicalista. Na época, travamos uma luta junto com o sindicato de vocês, e vi o quanto é sofrido o trabalho da Polícia Penal. Eu não sei quem sofre mais, se é a saúde ou se são vocês. Falo isso brincando, mas temos muitas dificuldades para fazer aquilo que podemos fazer de melhor, com as condições que temos.

Estou vendo, presidente, uma faixa sobre os auditores fiscais de atividades urbanas. Conseguimos algumas nomeações para a Vigilância Sanitária, mas, para esse pessoal, não houve nomeação. Procurei informações já há algum tempo, são auditores extremamente importantes, inclusive para a arrecadação do Distrito Federal. Trata-se de um concurso que não era realizado há mais de 30 anos. Ele o foi em 2023 e até agora não houve praticamente nenhuma nomeação. Pedimos, então, sensibilidade para que sejam nomeados também os auditores fiscais.

Temos lutado muito pelas nomeações na saúde. Vemos o impacto disso na ponta. A cada dia que passa, fico mais preocupada e com uma sensação muito grande de impotência ao visitar os hospitais, as UPAs e as UBS.

Vivemos uma situação muito triste. Não temos condição de prestar uma assistência adequada. Estão faltando muitos insumos. Quando procuramos saber o que há de errado, vemos que não há fonte 100, que é a fonte do Distrito Federal, nos contratos de manutenção dos hospitais. No Hospital de Base, encontramos cano com esgoto vazando dentro da UTI, ou seja, há fezes dentro da UTI. Hoje recebemos denúncias da existência de larvas na alimentação dos profissionais, dos servidores e dos pacientes de alguns hospitais.

É muito triste o que estamos vivendo. Tenho falado muito que precisamos demais desta casa, que tem o dever de fiscalizar essa situação.

Eu e o deputado Jorge Vianna estivemos hoje na marcha da enfermagem. As pessoas perguntam o que reivindicamos. A enfermagem briga há 55 anos por um piso. Por incrível que pareça, a primeira coisa vetada na lei do exercício profissional dos enfermeiros, técnicos, auxiliares e parteiras foram as 30 horas da enfermagem.

Hoje houve essa marcha porque, nos últimos 20 anos, tramitaram inúmeros projetos de lei, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, sobre a questão das 30 horas, mas eles nunca foram pautados. Por que nunca foram pautados? Porque não há trabalhador para representar esse pessoal. Existe, sim, o *lobby* dos grandes donos de hospitais e dos grandes laboratórios, que financiam campanhas para que seja dito que é muito caro conceder o piso da enfermagem e que isso vai quebrar o país.

O que quebra este é esse monte de escândalos de corrupção que vemos no dia a dia, inclusive no Distrito Federal. É isso que quebra o Estado. Inclusive, há o risco de Brasília ficar sem dinheiro por conta disso. Quem quebra o Estado não são os trabalhadores.

Nós estamos lutando porque – pasmem – há 1 ano o piso da enfermagem está parado na CCJ do Senado Federal. O presidente dessa comissão é um senador chamado Otto Alencar, que é médico e é da Bahia. Ele, inclusive, tem especialização em saúde ocupacional.

Ele deveria ter vergonha na cara e perceber, como médico que entende de saúde ocupacional, o tanto que a enfermagem tem sofrido, o tanto que a enfermagem é precarizada.

Hoje os profissionais de enfermagem de nível superior ganham mal 1 salário mínimo. Agora, com o piso que nos foi tirado, juntam tudo numa coisa só, que se chama vencimento, para pagar

R\$4.700 para um enfermeiro formado; para um técnico de enfermagem, R\$3.000. Isso é brincadeira. Quer dizer que a enfermagem é que vai quebrar o país?

Nós fomos muito heróis na pandemia. Muita gente batia palma para os médicos, para os enfermeiros, para os técnicos de enfermagem, mas nós não temos superpoder. Nós estamos cansados.

O que nós queremos é que esse senador coloque o projeto na pauta. Se ele quer votar contra a enfermagem, que vote. Se há algum senador que quer votar contra a enfermagem, que vote, mas paute. Dê esse direito. Quer fazer uma defesa de que a enfermagem não merece ganhar R\$4.700, R\$3.300? Fale, defenda o seu ponto de vista, defenda os empresários que o colocaram lá, mas não tire o nosso direito de ter o projeto pautado.

Eu sou servidora, eu sou brasiliense com muito orgulho e, nesta casa, sempre lutarei pela saúde, pela segurança e pela educação, que são direitos básicos. Peço a vocês também que entrem nessa luta por nós, porque, em algum momento, vocês vão precisar de um profissional de enfermagem e, com certeza, vocês serão bem atendidos, mas infelizmente por um profissional precarizado e adoecido.

O que nós queremos é nada mais do que 30 horas já!

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Que Deus nos abençoe! É muito importante estarmos aqui querendo votar a previdência, que é um tema que tanto o senhor quanto a deputada Doutora Jane encabeçam aqui na câmara.

É importante também falarmos sobre os aprovados. Há vários aprovados, não só no concurso de auditor fiscal, mas também na polícia penal. Eu gosto sempre de falar dos aprovados não apenas em relação ao serviço público que será prestado, mas também da importância de cada cidadão que estudou, que colocou sua família – sua esposa, sua mãe, seu filho – na expectativa dessa aprovação do concurso, e não apenas da aprovação, mas também da nomeação. O serviço público é extremamente importante. Se Brasília estivesse devidamente abastecida com servidores públicos, esta galeria não estaria tão cheia. Nós precisamos repor os nossos servidores. Contem conosco para que haja essa reposição.

A deputada Dayse Amarilio trouxe uma questão importante, que é a saúde do Distrito Federal. Como foi dito, além da estrutura precária dos hospitais, muitas vezes, os insumos não são fornecidos. Prestem atenção ao que foi dito aqui: o frasco utilizado para o exame de urina é reaproveitado aqui na capital federal. Vou repetir: o frasco utilizado para fazer o exame de urina é lavado e reutilizado aqui na capital federal.

Nós precisamos de dinheiro que não seja fruto de esquemas de corrupção. Nós acreditamos no Poder Judiciário. Nós acreditamos no poder da polícia. Existe uma crise moral e ética no Distrito Federal. É bom que todos saibam que o BRB fez uma negociação com o Banco Master de mais de R\$31 bilhões. Amanhã será um dia importantíssimo. Haverá a tão sonhada assembleia para ver se conseguimos salvar esse banco. Quiseram salvá-lo com terrenos que estão subavaliados. É importante falarmos a respeito disso, porque nós precisamos salvar os servidores, precisamos salvar o nosso BRB e os aposentados. Eu recebi dezenas de ligações de pessoas preocupadas com o Iprev-DF. Brasília precisa de moralidade, precisa de servidor público e de política pública decente, e é isso o que nós defendemos.

Presidente, quero falar dos quiosques de Brasília, que geram emprego para a cidade. Há representantes deles aqui. Acreditamos que Brasília, em 2026, pode fazer uma renovação no governo, na Câmara dos Deputados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de que nós

tenhamos representantes que representem, de fato, a nossa sociedade.

Presidente, registro que agora está na função de procuradora especial da mulher a deputada Jaqueline Silva. Essa função já foi exercida por mim, pela deputada Doutora Jane e pela deputada Dayse Amarilio. Eu me senti muito honrada de ter ocupado a Procuradoria Especial da Mulher nesta Câmara. Nós, mulheres, precisamos cada vez mais nos unir, porque, muitas vezes, o lugar de fala fica apenas no discurso, mas, na prática, nós somos escanteadas. A Procuradoria Especial da Mulher, sob a liderança da deputada Jaqueline Silva, está de portas abertas para os servidores e para a população, para que as políticas públicas aconteçam de verdade e para que nós tenhamos mais mulheres nos parlamentos e em lugares de liderança.

Para isso precisamos defender nossas meninas, que, muitas vezes, engravidam precocemente, abandonam seus estudos e não dão continuidade para nos representar. Torcemos para que a política voltada para a mulher comece não apenas pelo combate à violência, mas que também traga meninas e jovens para sonhar e realizar no parlamento. É importante termos representação feminina em todos os lugares. Contem sempre comigo.

Presidente, sei que o senhor é um grande defensor das mulheres. Eu me sinto honrada de estar na Mesa Diretora com o senhor, mas é sempre bom termos uma mulher na mesa, onde, às vezes, nós só vemos homens. Sei que o senhor tem essa sensibilidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se a senhora quiser, mando tirar 3 daqui agora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Poderíamos colocar a deputada Doutora Jane, que hoje tem um significado importante e poderia estar sentada ao seu lado, para a votação. Vou sugerir isso. Nem combinei isso com a deputada Doutora Jane, mas acho importante termos representação feminina em todos os lugares.

Obrigada. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vamos convidar a deputada Doutora Jane, a deputada Dayse Amarilio e a deputada Paula Belmonte para virem para cá. A deputada Dayse Amarilio pode ficar na frente da Bíblia, para rezar.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas nesta sessão.

Deputada Paula Belmonte, V. Exa. lembrou da importância da Procuradoria Especial da Mulher nesta Casa. Quero registrar que quem propôs a criação da Procuradoria foi a ex-deputada distrital Rejane Pitanga, do PT. O PT tem dado importantes contribuições para esta cidade e para este parlamento, no intuito de ampliar participação, democracia, representatividade e direitos, inclusive das forças de segurança. Os governos que mais investiram nas forças de segurança nesta cidade foram os governos do Partido dos Trabalhadores.

Presidente, quero iniciar lamentando o desastre e trazendo denúncias graves de incompetência que estão nas páginas policiais, a respeito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Semana passada, eu disse que professores em contrato temporário e educadores sociais voluntários estavam sem receber salário. A Secretaria de Estado de Educação pagou na semana passada, mas pagou errado. Presidente, estou com um contracheque aqui – tenho vários, na verdade – de professores e professoras que receberam R\$322. Isto é um contracheque que o governo pagou para professor neste mês de março. É um escândalo o que está acontecendo nesta cidade!

E a Subsecretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Educação não dão uma palavra sobre o assunto. Aliás, disseram que o problema é o EducaDF, que também temos denunciado.

Trata-se de um contrato de R\$40 milhões, com uma empresa de São Paulo, para um sistema que não funciona.

Estamos vendo os problemas. Saiu hoje, no Bom Dia DF, que 5 mil estudantes estão sem o Cartão Material Escolar. Os que têm o cartão vão às malharias e não conseguem comprar. Vimos a crise que isso está causando dentro das escolas, inclusive com escola dando castigo para estudante porque está sem uniforme – o que até mesmo a Justiça Militar já condenou. Nem o Exército Brasileiro aplica mais a punição de flexão como castigo para a formação de militares, mas há escola no Distrito Federal achando que isso é de bom tom para crianças e adolescentes que não têm uniforme porque o governo não consegue garantir um cartão.

Quanto aos contratos de aluguel, quero registrar solidariedade ao deputado Hermeto, porque acho que ele merece o direito à ampla defesa e não um julgamento midiático. Essa prática, deputado Hermeto, é muito cruel com reputações. Manifesto solidariedade a vossa excelência, porque destinar emendas parlamentares não é crime.

Aliás, também temos promovido esse debate aqui. A Secretaria de Educação deveria garantir a manutenção das escolas, deveria garantir a ampliação dos recursos do PDAF para as escolas. E não o faz. Pelo contrário, se um diretor de escola reclama que, quando chove, infiltra água, que há goteiras, que há sala inundada, a resposta é: "Procure um parlamentar e peça uma emenda". Está errada essa lógica. E agora há tentativa de criminalizar isso, ou de acabar com reputações.

Ainda sobre os contratos de aluguel: chama minha atenção, deputado Hermeto, que a secretária de Educação assinou a renovação do aluguel da tal escola. Estamos recebendo denúncias e iniciando a apuração sobre outros aluguéis da Secretaria de Educação, a começar pela sede, no Shopping ID. Há muitos milhões de reais em aluguéis que precisam ser explicados. O mais recente é o da UnDF, que alugou o prédio do IESB – só metade do prédio. É de R\$110 milhões o contrato.

Apresento isso aqui porque amanhã haverá a assembleia dos professores, que estão se mobilizando, que estão em luta, como outras categorias. Há assistentes sociais em greve há 8 dias, sem negociação, sem diálogo com o governo. Esta é uma categoria que está na ponta, fundamental para a garantia dos direitos nesta cidade, mas que o governo trata com desprezo. Chegando hoje ao plenário, descubro que o IML está em greve. O governador Ibaneis, deputado Eduardo Pedrosa, é tão desastroso que nem morrer estamos podendo mais! O IML está em greve. É um absurdo o que virou essa cidade! É um governo desastroso.

Quero encerrar, presidente, trazendo o tema do Banco Master, o maior escândalo de corrupção da história. As notícias que estamos vendo todos os dias ficam cada vez mais difíceis de compreender. Agora saiu que Paulo Henrique tinha uma relação de lealdade com Vorcaro, nas conversas de Vorcaro com Rueda. Isso envolve muita gente do centrão, da extrema direita. A *Folha de S.Paulo* alerta – e saiu uma reportagem sobre isso – que o governador Ibaneis só assinou o compromisso da capitalização do BRB depois de ter sofrido uma pressão de que seus bens seriam bloqueados. Ou seja, deputado Pepa, aquele projeto de lei que apresentaram aqui – com mais uma mentira de que ele iria salvar o BRB, porque não vai – parece que era para salvar o calendário eleitoral do governador e os próprios bens do governador, que seriam bloqueados se não houvesse esse gesto. O que está acontecendo é muito grave nesta cidade.

Encerro dizendo que nós estivemos hoje, mais uma vez, no Ministério Público com o Fórum de Defesa das Águas. Presidente, houve o Oscar neste fim de semana. Parece que o Ibaneis, além de ter um governo incompetente, corrupto, mentiroso, porque fez várias promessas que não cumpriu, também é negacionista. Ele está incorporando, deputado João Cardoso, aqueles vilões de filmes de ficção científica em que o prefeito diz que os cientistas estão mentindo, que os cientistas estão inventando, e aí cai um meteoro na cidade. Depois, o prefeito fica desesperado, tentando salvar a população. Parece que é isto que o governador Ibaneis agora quer incorporar: o vilão do cinema. Só que não é cinema, não é ficção; é a vida da população do Distrito Federal que está em jogo com essa tentativa de entregar a Serrinha para a especulação imobiliária, para a grilagem de

terra da cidade. De novo, ele não tenta salvar o BRB, ele tentar salvar a própria pele e o seu calendário eleitoral.

Nós estivemos no Ministério Público, deputado Ricardo Vale, para pedir, mais uma vez, ao Ministério Público desta cidade que entrasse também com uma ação para impedir — vou concluir com esta frase — a venda do patrimônio desta cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Quero registrar e agradecer a presença do presidente do SinLazer, delegado Paulinho D’Almeida. Agradeço a presença dos estudantes e professores do Centro de Ensino Médio de Taguatinga que estão participando do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos. É um prazer recebê-los em nossa casa.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, obrigado. Uma ótima tarde aos pares, à galeria e a todos que nos acompanham.

Hoje pela manhã, officiei à Administração Regional de São Sebastião pedindo-lhe que dê continuidade às ações. Há vários projetos elaborados. Outros estão em fase de elaboração. Quero me colocar à disposição para continuar ajudando nossa cidade, fazendo o bem. Foi para isto que eu fui eleito: para representar. E, lógico, estarei sempre do lado do povo, cuidando de quem mais precisa.

Nós temos vários projetos, que quero mencionar: em infraestrutura e mobilidade, a revitalização do Parque do Bosque; a via de ligação Morro da Cruz-Pró-DF, para a qual destinei recursos; a duplicação da DF-473, para a qual também destinei recursos; o recapeamento da avenida São Sebastião e da avenida Zumbi dos Palmares, que realmente se iniciou. Houve malfeitores que denunciaram esse trabalho, mas ele será concluído. Estou acompanhando a avenida do Núcleo Rural Capão Comprido. A Codevasf vai fazer sua pavimentação. Temos projetos de abastecimento de água no Morro da Cruz, Zumbi dos Palmares e Capão Comprido. Há a questão da saúde pública: o hospital, que já foi listado e – tenho certeza – sairá do papel; as duas UBS dos bairros São Francisco e Bartolomeu, com emenda parlamentar do nosso mandato; iluminação pública no Morro da Cruz e no Capão Comprido. E também a educação: construção de 3 escolas. Uma delas será no Morro da Cruz, cujo terreno já temos, e estamos nas tratativas com a Secretaria de Educação.

Para finalizar, quero registrar que estivemos na Semob, Secretaria de Transporte, pedindo um Zebrinha para o Capão Comprido, que já recebeu parecer favorável. Quero pedir à Administração Regional de São Sebastião que, junto com a Novacap, utilize esse material, esse fresado que conseguimos no DNIT. Quero agradecer ao doutor Fabricio, diretor do DNIT, e dizer que sou muito grato por ele ter atendido ao pedido de melhoria das ruas, especialmente à do Clube do Lindomar, que será atendida com o Zebrinha.

Quero dizer ainda que a Polícia Civil pode contar com nosso voto favorável. Estamos juntos nessa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Obrigado por esse apoio à nossa Polícia Civil. Seu voto faz a diferença.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Obrigado, presidente. Senhoras e senhores deputados, galeria presente, é uma honra muito grande contar com a presença de todos.

Quero deixar registrado que amanhã, por volta das 9 horas e 30 minutos, na região de Brazlândia, será assinado o termo de doação referente à área destinada à criação do programa habitacional da região administrativa de Brazlândia. O evento terá a participação do governador Ibaneis e do presidente da Terracap.

Quero deixar claro a todos que trabalhamos neste projeto durante 5 anos. Desde o mandato anterior, estamos empenhados para incluir este programa habitacional no PDOT. Todos sabem que o PDOT deveria ter sido votado na legislatura passada, mas, devido à pandemia, não foi possível. Graças a Deus, fomos reeleitos e conseguimos fazer com que todas as etapas fossem vencidas, com a aprovação do ICMBio, do Ibram, da Sema-DF e de todos os órgãos de fiscalização urbanística. Graças a Deus, vencemos a principal etapa, que foi a votação do PDOT nesta casa.

Após todas as etapas vencidas e a votação do PDOT, estivemos presentes no Palácio do Buriti, no dia 23, para a sanção desse PDOT, um dos maiores marcos que esta casa está deixando para a sociedade do Distrito Federal.

Quero deixar claro o trabalho realizado e as tratativas junto aos órgãos, buscando a aprovação e a aceitação. Graças a Deus, teremos o privilégio e a oportunidade de receber amanhã, por volta das 9 horas e 30 minutos, o terreno onde serão construídos aproximadamente 10 mil apartamentos. Pela primeira vez na história, Brazlândia, uma cidade com 93 anos, receberá este programa.

Sinto-me muito feliz e muito honrado por entregar, durante nosso mandato, este presente para o Distrito Federal, especialmente para a região administrativa de maior produção e consumo agrícola. Brazlândia é responsável por 65% do abastecimento de água do Distrito Federal. A maior produtora de recursos hídricos da região, deputado Pepa, vem da região de Brazlândia.

Quero dizer ainda que amanhã será lançada uma grande e importante obra: um trecho da VC-541, localizado entre Águas Lindas e Brazlândia, região com muitos produtores rurais. Essa obra beneficiará 250 mil pessoas de Águas Lindas e 80 mil de Brazlândia. Após 35 anos de espera, amanhã receberemos a doação da área aprovada e sancionada pelo PDOT para construção de quase 10 mil moradias, além do lançamento da obra da VC-541, que dá acesso a Águas Lindas.

Que Deus nos abençoe para que possamos utilizar nosso mandato para o bem de toda a comunidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Boa tarde a todas. Presidente, eu quero primeiro cumprimentar o Poder Executivo por ter enviado a esta casa o Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, que dispõe sobre a regulamentação previdenciária dos policiais civis do Distrito Federal. Parabenizo vossa excelência pelo trabalho.

É importante lembrar que foi no governo Bolsonaro que houve um aumento no tempo de contribuição e na idade para a aposentadoria, o que prejudicou os policiais civis e várias outras categorias de trabalhadores do Brasil inteiro. Nós estamos agora trazendo hoje justiça aos policiais civis.

Eu apresentei uma emenda a esse projeto, presidente, demais deputados e deputadas, para que possamos contemplar também a previdência dos policiais legislativos desta casa. São aproximadamente 100 policiais que cumprem um papel muito importante de defender a casa, do ponto de vista institucional, uma vigilância armada que protege autoridades e zela pelas instalações. Eles exercem uma função de polícia muito importante. Nada mais justo, então, do que colocá-los também nesse novo regime de previdência do Distrito Federal. Então, eu queria pedir o apoio de todos os deputados para que aprovemos essa emenda e possamos contemplar os policiais

legislativos, porque eles também merecem.

Eu estou vendo aqui o deputado Eduardo Pedrosa, e gostaria de lembrar à população do Distrito Federal que no próximo final de semana vai acontecer a final do Campeonato Brasiliense de Futebol entre o Sobradinho Esporte Clube, do qual sou presidente de honra, e o Gama, um time forte e tradicional, que o deputado Eduardo Pedrosa tem ajudado muito e de cuja diretoria ele faz parte.

Será uma grande final, porque são 2 times de massa, 2 times que têm torcida. Fazia tempo que não víamos um campeonato de futebol tão bem-organizado em Brasília, o que realmente empolgou o povo do Distrito Federal. Eu queria aproveitar e convidar todos os parlamentares a comparecerem ao Estádio Mané Garrincha, no sábado, às 16 horas, para assistirem a essa final de um campeonato muito disputado.

O deputado Eduardo Pedrosa quer apostar comigo a final, como eu não tenho grana, não vou apostar, mas tenho certeza de que o Sobradinho, que fez uma grande campanha, vai surpreender o favorito, que é o Gama, e nós vamos ganhar esse campeonato.

Aproveito para convidar também a população do Distrito Federal, porque será uma oportunidade. A entrada será gratuita. O governo vai, inclusive, colocar ônibus à disposição dos torcedores. Toda a população do Distrito Federal está convidada. Muita gente do Distrito Federal ainda não conhece o Estádio Mané Garrincha, é uma pena. Muita gente de Sobradinho I, de Sobradinho II, de Taguatinga, do Gama, da Estrutural não conhece o estádio. Infelizmente, o estádio acabou sendo privatizado e poucas pessoas têm acesso por conta dos preços, seja a *shows*, seja a jogos. Como a entrada será gratuita e será um jogo extremamente importante do Campeonato Brasiliense, eu aproveito para convidar a população do Distrito Federal, especialmente a população de Sobradinho, a torcer pelo Leão da Serra, para que ele consiga o tetracampeonato do Distrito Federal.

Está de parabéns o futebol de Brasília, que tem crescido muito. O time do Samambaia fez uma boa campanha assim como o Brasiliense – que é um time tradicional –, o Gama, o Sobradinho e o Capital. Então, está de parabéns o futebol profissional do Distrito Federal.

Presidente, vossa excelência jogou como profissional, eu também cheguei a treinar no profissional do Sobradinho, mas, como eu era meio preguiçoso, falei: “Não, isso aqui não dá para mim, não. Eu vou estudar e trabalhar.” Eram muito puxados os treinamentos.

Eu vou aproveitar a oportunidade e entregar uma camisa do Leão da Serra para o presidente. Esta camisa não vai ser sua, deputado João Cardoso, porque não passa na sua cabeça. (Risos.) Vou trazer uma com zíper. Aviso à deputada Doutora Jane, ao deputado João Cardoso – que são de Sobradinho – e aos demais deputados que aqueles que quiserem a camisa do Sobradinho Esporte Clube me procurem ao final desta sessão, que eu vou entregar para todo mundo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu vou torcer pelo Sobradinho.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, vou providenciar uma para o deputado Fábio Félix e outra para o deputado Max Maciel. O deputado Chico Vigilante é de Ceilândia, mas vai torcer pelo Sobradinho. A deputada Doutora Jane é de Sobradinho. Eu trarei uma de tamanho GG para o deputado João Cardoso.

Viva o futebol profissional de Brasília!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale. Vou torcer para o time de Sobradinho.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela

Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Incluo na ordem do dia item extrapauta referente ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 33 emendas. A Comissão de Segurança, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Retifico, foram apresentadas 34 emendas.

Solicito ao relator da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, essas emendas foram negociadas com os proponentes do projeto, no caso, o governo? Vossa excelência entende bastante dessa área, quero saber se as emendas estão negociadas. Como está essa situação?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, houve entendimento ontem sobre o assunto. Inclusive, a Polícia Civil, aqui representada pelos diretores, esteve presente com os parlamentares e com os assessores a fim de que fossem analisadas cada uma das emendas. O entendimento junto aos presidentes das comissões e aos relatores é de que as emendas não prejudicam nem descaracterizam o projeto.

Há entendimento sobre o assunto. Inclusive, deputado Chico Vigilante, quero agradecer a emenda apresentada por vossa excelência, que aprimora o projeto. Todas as emendas foram devidamente negociadas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, nós apresentamos 11 emendas para aprimoramento do projeto, que garantem transparência, segurança e fiscalização. Elas estão sendo acatadas?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Era isso que eu queria saber.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Chegou mais 1 emenda. Pergunto à deputada Doutora Jane sobre a emenda apresentada por sua excelência.

Sobre o questionamento do deputado Chico Vigilante, houve entendimento com o Poder Executivo e com os representantes da Polícia Civil.

De antemão, informo que houve entendimento com a Polícia Civil para que fosse apresentada a emenda.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, a emenda faz apenas uma correção de texto, porque havia uma impropriedade. Foi feito esse ajuste, sem mudar substancialmente o que está sendo discutido. Trata-se apenas de incluir no projeto a previsão de que o autor de crime doloso contra o próprio segurado não pode receber o benefício. Assim, incluiu-se também o latrocínio, para que essa previsão não ficasse restrita ao crime de homicídio. O objetivo foi ajustar a redação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Deputado João Cardoso, a deputada Doutora Jane disse que é apenas uma correção de texto. Houve essa necessidade, a pedido da própria polícia, por isso a deputada apresentou a emenda.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, a Emenda nº 34 foi essa que a deputada acabou de explicar. Eu não pude escutar porque estava ouvindo a nossa assessora. Mas houve 3 emendas retiradas. Gostaria de saber o seguinte: quem solicitou a retirada das emendas? Não entendi o motivo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, nós apresentamos 11 emendas e retiramos 3, porque essas emendas já constam na legislação federal. Portanto, não há necessidade de as repetirmos na legislação distrital, porque tudo que pedimos está contemplado na legislação federal.

Então, a solicitação é de minha autoria. Nós temos 8 emendas agora. Eu falei 11, mas são 8.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado João Cardoso, relator de mérito, sua excelência está sendo informado pela deputada Doutora Jane e pela deputada Paula Belmonte de que houve esse entendimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, são 34 emendas?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sim. São 34 emendas com essa última apresentada pela deputada Doutora Jane.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eu peço ao relator, deputado João Cardoso, que leia as emendas. Os policiais estão na galeria querendo saber que emendas são essas. Eu também quero saber.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeitamente, é uma prerrogativa do parlamentar.

Deputado João Cardoso, o deputado Chico Vigilante está pedindo que sejam lidas todas as 34 emendas. Com a seguinte observação: são 34 emendas, menos 5. Ou seja, serão lidas 29 emendas.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, solicito à assessoria que me traga as emendas para que eu possa lê-las.

Peço a vossa excelência que suspenda a sessão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Suspendo a sessão por 15 minutos.

(A sessão é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A sessão está reaberta.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, iria sugerir que invertêssemos a pauta e votássemos o processo enquanto fica suspensa a sessão, a fim de avançarmos na pauta. Mas, se vossa excelência já está com as 34 emendas, vamos fazer logo a leitura delas.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, passo a ler as emendas.

Emenda nº 1, modificativa, ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

Inclusive, presidente, peço que eu possa ir direto à emenda, para não ficar sempre relendo o início do texto.

“Art. 80. ...

I – 1 (um) representante da Polícia Civil do Distrito Federal, indicado pelo Delegado-Geral da PCDF;

II – 1 (um) representante das Entidades Representativas das Carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, escolhido na forma do Regulamento.”

Emenda nº 2:

“Suprima-se o art. 67 do Projeto de Lei Complementar nº 99, de 2026.”

Emenda nº 3:

“Art. 64. As contribuições previdenciárias e os demais débitos previdenciários não recolhidos no prazo legal, são atualizados monetariamente pelos mesmos índices praticados em relação aos débitos para com o RGPS e sofrem incidência de multa de mora, calculada à taxa de 0,33% por dia de atraso, limitado esse acréscimo legal a 20%.”

Emenda nº 7:

“Capítulo IV – Do Abono de Permanência:

Art. 38. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 22.

§ 1º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses.

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º A instrução e a análise dos pedidos de abono de permanência e a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal será realizada no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.

§ 4º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Fundo Constitucional Distrito Federal, será efetivado no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, na folha Siape, e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no

caput, mediante opção pela permanência em atividade.”

Emenda nº 8:

“Art. 35. A Polícia Civil do Distrito Federal, PCDF, é o órgão competente para instruir, analisar e conceder a pensão civil decorrente do óbito dos servidores que ingressaram em suas carreiras até 12 de novembro de 2019, inclusive procedendo à publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal, DODF.

Parágrafo único. Para os servidores que ingressaram a partir de 13 de novembro de 2019, a competência da PCDF restringe-se à instrução do pedido de pensão civil, devendo o processo ser encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, IPREV/DF, para análise, concessão e posterior publicação no DODF.”

Emenda nº 9:

“Art. 33. ...

Parágrafo único. Para os servidores que ingressaram a partir de 13 de novembro de 2019, a competência da PCDF restringe-se à instrução do pedido, devendo o processo ser encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, IPREV/DF, para análise, concessão e posterior publicação no DODF.”

Emenda nº 10:

“Art. 23. Ao servidor policial que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o art. 40 desta Lei Complementar, quando o servidor, cumulativamente:

...”

Emenda nº 11:

“Art. 22. O servidor policial, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente no limite de idade estabelecido na Constituição Federal, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 40, desta Lei Complementar, não podendo ser inferiores ao valor do salário-mínimo.”

Emenda nº 12:

“Art. 20. O servidor policial fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 40, desta Lei Complementar, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:”

Emenda nº 13:

“Art. 13.

Parágrafo único. Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte.”

Emenda nº 14:

“Art. 17. A aposentadoria voluntária especial é devida ao policial civil, na forma da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, e suas alterações.”

Emenda nº 15:

“Art. 11.

§ 5º Aos servidores ativos e aos aposentados de que trata esta Lei Complementar, fica assegurado o direito de averbação junto à autoridade competente, para fins previdenciários, da condição de parceiros homoafetivos.”

Emenda nº 16:

“Art. 4º.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos previstos na Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, destinados ao custeio e à manutenção dos benefícios previdenciários estabelecidos nesta Lei Complementar, para fins de captação, aplicação financeira, capitalização ou para o pagamento de quaisquer outras espécies de benefícios, encargos ou obrigações não expressamente previstos neste diploma legal.”

Emenda nº 19:

“Art. 11.

(...)

§ 8º A manutenção da condição de dependente será objeto de verificação periódica, na forma de regulamento.”

Emenda nº 20:

“Art. 47.

(...)

§ 3º Fica assegurada a preservação do direito adquirido aos servidores que tenham preenchido todos os requisitos para concessão de aposentadoria ou pensão sob a legislação vigente à época de seu implemento, ainda que não tenha sido formalizado o respectivo requerimento, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.”

Emenda nº 22:

“Art. 2º Aplicam-se subsidiariamente às disposições desta Lei Complementar as normas da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008; da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011; e da Lei federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.”

Emenda nº 23:

“Art. 20. O servidor Policial Civil fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida nos arts. 39 e 40 desta Lei Complementar, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:”

Emenda nº 24:

“Art. 26.

(...)

III – terceira ordem de prioridade, ao irmão órfão, até vinte e um anos de idade ou, se estudante universitário, até vinte e quatro anos de idade, e o inválido, enquanto durar a invalidez, comprovada a dependência econômica do segurado.”

Emenda nº 25:

“Art. 27.

§ 1º O beneficiário será habilitado com a pensão integral; no caso de mais de um com a mesma precedência, a pensão será repartida igualmente entre eles, ressalvadas as hipóteses dos §§ 2º e 4º do art. 26 desta Lei Complementar.”

Emenda nº 26:

“Art. 42. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata o art. 39, desta Lei Complementar, bem como o tempo de contribuição correspondente, serão comprovados mediante certidão de tempo de serviço e contribuição fornecida pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

Parágrafo único. As certidões de tempo de serviço e contribuição, de que trata o *caput*, deverão comprovar os valores das remunerações, a partir da competência de julho de 1994, bem como certificar o tempo de contribuição que foram emitidos pelos diversos órgãos da administração relativos a servidor vinculado e terão validade após a homologação da unidade gestora do regime.”

Emenda nº 27:

“Art. 13.

Parágrafo único. Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.”

Emenda nº 28:

“Seção X – Da Reversão

Art. 38. Reversão é o retorno à atividade de policial civil aposentado.

§ 1º A reversão far-se-á:

I – Quando cessada a incapacidade que motivou a aposentadoria por incapacidade permanente, mediante avaliação por junta médica oficial;

II – No interesse da Administração, desde que:

- a) a aposentadoria tenha sido voluntária;
- b) haja solicitação expressa do servidor aposentado;
- c) exista cargo correspondente ao anteriormente ocupado;
- d) a reversão seja considerada conveniente e oportuna para a Administração Pública;
- e) o servidor não tenha atingido a idade da aposentadoria compulsória prevista na Constituição Federal;
- f) haja comprovação de participação em Curso de Atualização Profissional na Escola Superior de Polícia Civil, com aproveitamento mínimo de 70% nas avaliações.

§ 2º A reversão dependerá de ato do Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, após manifestação da unidade de gestão de pessoas e do Departamento de Administração Geral.

§ 3º O policial revertido retornará ao exercício no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante de sua transformação.

§ 4º A reversão dar-se-á sempre no interesse da Administração Pública e não gera direito subjetivo ao servidor aposentado.

§ 5º Durante o período em que estiver em exercício em decorrência da reversão:

- I – ficará suspenso o pagamento dos proventos de aposentadoria;
- II – o servidor perceberá exclusivamente a remuneração do cargo efetivo;
- III – o servidor voltará a contribuir para o Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal.

§ 6º O tempo de exercício decorrente da reversão será considerado para todos os fins funcionais e previdenciários.

§ 7º Cessada a reversão, o servidor retornará automaticamente à condição de aposentado, com o restabelecimento do pagamento de seus proventos.

§ 8º A reversão não poderá ocorrer após o servidor atingir a idade limite para aposentadoria compulsória prevista na Constituição Federal.

§ 9º Aplica-se à reversão, no que couber, o disposto na legislação que rege o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal.”

Emenda nº 29:

“Art. 50. A contribuição previdenciária dos segurados ativos e inativos que ingressaram nas carreiras da Polícia Civil até 12 de novembro de 2019, bem como dos beneficiários das pensões por morte deles decorrentes, manterá as alíquotas e faixas de contribuição relativas à contribuição previdenciária dos servidores públicos federais.

§ 1º A contribuição previdenciária dos segurados inativos que ingressaram nas carreiras da Polícia Civil até 12 de novembro de 2019 e dos beneficiários das respectivas pensões incidirá sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição das alíquotas aplicáveis.

§ 2º Quando o beneficiário da aposentadoria ou da pensão for portador de doença incapacitante, a contribuição de que trata o *caput* incidirá apenas sobre a parcela dos proventos que supere o dobro do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social.”

Emenda nº 30:

“Art. 51. O salário de contribuição dos servidores policiais civis ativos e inativos que ingressaram nas carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal a partir de 13 de novembro de 2019, bem como dos beneficiários das pensões por morte deles decorrentes, fica limitado ao teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.”

Emenda nº 31:

“Suprima-se o artigo 52 do Projeto de Lei Complementar nº 99, de 2026”.

Emenda nº 32:

“Art. 18. São considerados como tempo de exercício em cargo de natureza estritamente policial, para os fins do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, o tempo de atividade militar nas Forças Armadas, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, o tempo de atividade como agente penitenciário ou socioeducativo e o tempo de atividade exercida em cargo efetivo de natureza policial nas polícias legislativas dos estados, do Distrito Federal e do Congresso Nacional, sem prejuízo das hipóteses previstas em lei federal.”

Emenda nº 33:

“Art. 2º. Aplicam-se subsidiariamente às disposições desta Lei Complementar as normas da Lei nº 769, de 30 de junho de 2008; da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011; da Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002; e lei federal nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965.”

A Emenda nº 34 foi retirada, tendo sido apresentada, em seu lugar, a Emenda nº 35; bem como foi retirada a Emenda nº 27, que havia sido anteriormente lida em plenário.

Emenda nº 35:

“Art. 13.

Parágrafo único. Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de crime doloso que resulte morte, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.”

Essa é a última emenda cuja leitura foi solicitada, senhor presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agradeço ao deputado João Cardoso os esclarecimentos.

Pergunto ao deputado Chico Vigilante se se considera contemplado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sim, presidente. Fomos atendidos com a leitura, todos a compreenderam, e isso é o que importa. Trata-se da publicidade do que se faz nesta casa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CS, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CS ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Segurança, somos favoráveis à aprovação da matéria, considerando o acatamento das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 35; e a rejeição da Emenda nº 13.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, quero deixar claro que sou favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026.

Designo o deputado Max Maciel.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

No âmbito desta comissão, presidente, no que diz respeito ao mérito, somos pela aprovação do projeto com o acatamento das seguintes emendas: Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 35.

Emendas que foram retiradas: nºs 5, 6, 17, 18, 21, 27 e 34.

Emenda rejeitada: nº 13.

Presidente, esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

Senhor presidente, compete à CCJ analisar a questão do ponto de vista da juridicidade do projeto.

Portanto, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável à tramitação do projeto, acatando o parecer proferido pela Comissão de Segurança. Esse é o parecer. O projeto é admissível.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Houve um equívoco da minha parte. Eu pulei o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o regulamento previdenciário da Polícia Civil do Distrito Federal”.

Presidente, o projeto visa regulamentar, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do DF, as normas previdenciárias atinentes aos servidores integrantes das carreiras de Polícia Civil do Distrito Federal.

No âmbito desta comissão, manifesto o voto pela admissibilidade do PLC com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 35, e a rejeição da Emenda nº 13.

É o parecer, já adiantando o meu voto favorável e parabenizando vossa excelência mais uma vez.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 17 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 99/2026.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, só queria fazer um registro.

Nós estamos fazendo uma mudança na questão previdenciária. Nós enfrentamos uma reforma previdenciária muito dura contra os servidores públicos do Distrito Federal e do Brasil. A reforma previdenciária mais recente foi tocada pelo governo Bolsonaro e aumentou as alíquotas de contribuição dos servidores públicos em até 22%. É uma reforma que muda essa lógica. No Distrito Federal, inclusive, nós tentamos que as pessoas que ganham abaixo do teto do INSS pagassem 11%, mas o governador Ibaneis não aceitou a proposta, e a contribuição foi para 14%.

Muitas modificações que estão acontecendo agora têm a ver com essa lógica de desrespeito aos aposentados e de desconsiderar a contribuição histórica dos servidores públicos.

É importante garantir a previdência de todos os servidores públicos do DF, inclusive a dos nossos policiais civis, da melhor forma possível. (Palmas.)

Eu queria falar isso para vossa excelência e demonstrar a minha extrema preocupação com o que nós estamos enfrentando no Distrito Federal neste momento.

Nenhum projeto de lei aprovado nesta casa sustenta números reais, porque, se não houver um instituto previdenciário, se não houver instituições previdenciárias sólidas, não adianta. Isso porque não há liquidez, não há dinheiro. Além disso, mais à frente – e eu sou servidor público –, eu e vossa excelência vamos pagar essa conta, assim como todos os servidores públicos do DF.

Um rombo bilionário no BRB terá impacto direto no Iprev e em qualquer instituição pública previdenciária dos servidores do DF. Imaginem vocês que estão hoje na Câmara Legislativa: o Iprev tem 17% de ações do BRB.

Se o governador colocou o Distrito Federal nessa condição que estamos vivenciando hoje, podemos pagar essa conta no futuro como população, e todos os servidores públicos dessa cidade podem arcar com isso.

Nesse momento, temos 2 tarefas: melhorar as condições previdenciárias de todos os servidores – inclusive dos nossos policiais, como estamos fazendo hoje – e, mais do que isso, cobrar e responsabilizar quem pode ter colocado o Distrito Federal em uma condição muito grave tanto financeira quanto orçamentária. Nós todos que estamos aqui, servidores públicos, podemos pagar essa conta no futuro.

Minha preocupação, presidente, é com os aposentados. Minha preocupação é com o futuro desta cidade. Quem se preocupa com o futuro desta cidade tem que querer apuração e responsabilização de quem nos colocou nesse lugar.

Muito obrigado. O meu voto é favorável, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix, pela sensibilidade e preocupação manifestada.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 17 votos favoráveis.

Foi aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 99/2026.

Esta presidência agradece a sensibilidade e os votos dos nobres parlamentares.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.209/2026, de autoria dos deputados Wellington Luiz, Dayse Amarilio, Doutora Jane, Jaqueline Silva e Paula Belmonte, que “Institui o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora do Distrito Federal, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte controlados e liderados por mulheres”.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a CDESCTMAT, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito à presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Doutora Jane, que designe relator ou avoque a relatoria. Já que vossa excelência é uma das autoras da matéria, solicito que designe deputado para proferir parecer.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 2.209/2026, de autoria dos deputados Wellington Luiz, Dayse Amarilio, Doutora Jane, Jaqueline Silva e Paula Belmonte, que “Institui o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora do Distrito Federal, para o desenvolvimento

e o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte controlados e liderados por mulheres”.

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Designo o deputado Rogério Morro da Cruz como relator pela CDESCTMAT.

Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDESCTMAT ao Projeto de Lei nº 2.209/2026, de autoria dos deputados Wellington Luiz, Dayse Amarilio, Doutora Jane, Jaqueline Silva e Paula Belmonte, que “Institui o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora do Distrito Federal, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte controlados e liderados por mulheres”.

Submete-se à análise desta comissão o Projeto de Lei nº 2.209/2026. A proposta em análise revela-se altamente relevante sob a ótica do desenvolvimento econômico sustentável, da inclusão produtiva e da promoção da igualdade de oportunidades.

Cumpramos destacar, inicialmente, que o Distrito Federal já dispõe de importante marco normativo sobre a matéria, qual seja, a Lei nº 7.293, de 19 de junho de 2023, de minha autoria, que estabelece prioridade no acesso ao microcrédito para grupos específicos de mulheres, como mães solo, vítimas de violência, mulheres negras e de baixa renda. Nesse contexto, observa-se que a proposição ora analisada não se sobrepõe nem conflita com a referida legislação; mas, ao contrário, incorpora-a e a amplia, ao estruturar uma política pública mais abrangente, com integração entre crédito, capacitação, mentoria, acompanhamento técnico e articulação institucional.

Trata-se, portanto, de evolução normativa relevante que transforma uma política de acesso prioritário ao crédito em um programa eletrônico de desenvolvimento do empreendedorismo feminino, conferindo maior efetividade às diretrizes já estabelecidas no ordenamento distrital.

Diante do exposto, no âmbito desta comissão, especialmente quanto ao mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.209/2026.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.209/2026, de autoria dos deputados Wellington Luiz, Dayse Amarilio, Doutora Jane, Jaqueline Silva e Paula Belmonte, que “Institui o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora do Distrito Federal, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte controlados e liderados por mulheres”.

O parecer é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.209/2026, de autoria dos deputados Wellington Luiz,

Dayse Amarilio, Doutora Jane, Jaqueline Silva e Paula Belmonte, que "Institui o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora do Distrito Federal, para o desenvolvimento e o fortalecimento dos empreendimentos de pequeno porte controlados e liderados por mulheres".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.209/2026.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres foram aprovados com a presença de 16 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.209/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados.

Passamos ao próximo item.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Mensagem nº 177/25 – Processo nº 41/25), de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 79, de 4 de julho de 2025".

A proposição não recebeu pareceres das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Mensagem nº 177/25 – Processo nº 41/25), de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 79, de 4 de julho de 2025".

A proposta visa prorrogar e alterar o convênio ICMS nº 100, de 4 de novembro de 1997, que reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas de insumos agropecuários, bem como promover ajustes no convênio ICMS nº 26/2021.

O objetivo é assegurar a continuidade do tratamento tributário diferenciado concedido ao setor produtivo agropecuário, segmento essencial para a economia local, responsável por gerar mais de 20 mil empregos diretos e indiretos no Distrito Federal.

A análise técnica evidencia que a matéria atende plenamente aos requisitos legais. Destaca-se que a desoneração fiscal prevista se encontra regularmente contemplada nas leis orçamentárias vigentes.

Assim, sua aprovação não acarreta desequilíbrio nas contas públicas, observando-se, portanto, o disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante disso, manifesto voto pela admissibilidade e aprovação da matéria nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026, de autoria desta comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Mensagem nº 177/25 – Processo nº 41/25), de autoria do Poder Executivo, que “Homologa o Convênio ICMS nº 79, de 4 de julho de 2025”.

Nosso parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 16 deputados.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para declaração de voto.) – Presidente, quero agradecer aos colegas parlamentares e, especialmente, a vossa excelência por ter incluído este projeto na pauta.

Avicultores, contem conosco. Obrigado por se lembrarem de nós. Estamos à disposição para ajudar no que for necessário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Fui informado pela nossa assessoria de que precisamos refazer a votação, pois ela deve ocorrer pelo processo nominal.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o parecer que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2026, em turno único.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei Complementar nº 99/2026;
- Projeto de Lei nº 2.209/2026.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
Adepol-DF – Associação dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal Associação dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal
Agepol-DF – Associação Geral dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CCJ¹ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
IML – Instituto Médico Legal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PIS – Programa de Integração Social
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
Segov-DF – Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal
Sema-DF – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor
Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
Sindepo – Sindicato dos Delegados de Polícia
Sinpol – Sindicato dos Policiais Civis
UBS – Unidade Básica de Saúde
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a), em 19/03/2026, às 12:28, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 2582575 Código CRC: FCA583DB.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00010567/2026-11

2582575v15